



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

NOTA TÉCNICA Nº 0304/2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Assunto: Análise dos principais aspectos do *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º Bimestre de 2013*, elaborado pelo Poder Executivo, tendo como resultado a ampliação dos limites de movimentação e empenho estabelecidos no Relatório do 4º Bimestre em R\$ 2,2 bilhões, dado o aumento de R\$ 16,3 bilhões na estimativa da Receita Primária Líquida e concomitante aumento de R\$ 14,1 bilhões na estimativa de gastos com despesas obrigatórias.

1. REFERÊNCIA LEGAL - Esse Relatório busca atender ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios também fixados na LDO (art. 49 da Lei nº 12708, de 17.08.12). Uma completa avaliação exige que se efetue também análise do comportamento das despesas primárias, em especial daquelas de execução obrigatória, uma vez que alterações em seus valores, em relação à LOA, igualmente podem afetar o alcance da meta de Resultado Primário.

1.1 CAUTELA GERENCIAL – O contingenciamento de gastos discricionários é uma medida preventiva, pois em caso de recuperação da receita prevista, ainda que de forma parcial, ou de reestimativa para menor de despesa obrigatória, a LRF prevê a recomposição das dotações cujos empenhos foram objeto de limitação, proporcionalmente às reduções anteriormente efetivadas.

1.2 BASE DE DADOS DO RELATÓRIO DO 5º BIMESTRE – Elaborado com base nos valores de arrecadação das receitas federais e de realização das despesas do Governo Federal ocorridos até o mês de outubro, com parâmetros macroeconômicos atualizados e compatíveis com a política econômica vigente¹.

2. META FISCAL DA LDO2013 REVISADA - A meta de resultado primário do Governo Federal (Governo Central e empresas estatais federais), para o exercício de 2013, foi fixada na Lei nº 12.708, de 17.08.12, (LDO-2013) em R\$ 108,1² bilhões (meta “cheia” de 2,15% do PIB), cabendo tudo ao Governo Central, pois no caso das empresas estatais foi fixada em zero. Para o setor

¹ A Resolução nº 1, de 2006 – CN determina que ao Comitê de Avaliação da Receita, da Comissão Mista de Orçamentos, cabe a responsabilidade de acompanhar a evolução da arrecadação das receitas durante o exercício, realizando, bimestralmente, reuniões de avaliação de seus relatórios com os representantes do órgão do Poder Executivo responsável pela previsão e acompanhamento da estimativa das receitas.

² De acordo com o quadro de Anexo de Metas Fiscais dessa Lei esse valor corresponderia a 2,15% do PIB.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

público consolidado não financeiro foi fixada em R\$ 155,9 bilhões (3,1% do PIB), o que significa que para os Estados, DF e Municípios a meta é de R\$ 47,8 bilhões (0,95% do PIB). Ademais, como a LDO2013 determinava que a LOA2013 deveria ser compatível com a meta de R\$ 155,9 bilhões isso implicava que caso os governos locais não cumprissem sua meta fiscal o Governo Federal deveria fazer a devida compensação³. Mais adiante, o governo mudou de posição e enviou ao Congresso o PL nº 1, de 2013-CN (em tramitação) que, em última análise, retirava obrigatoriedade de o Governo Federal cobrir o eventual descumprimento de meta por parte dos governos locais. Porém, o Ministro da Fazenda em entrevista no mês julho informou que o Governo Federal conta com o cumprimento da meta pelos governos locais e, além disso, aumentou em mais R\$ 10,0 bilhões a meta do Governo Central, levando a meta efetiva de Resultado Primário Consolidado para R\$ 120,9 bilhões, correspondendo a 2,50 % do PIB.⁴

2.1 Abatimento da Meta Fiscal – A LDO2013 original permite que a meta do Resultado Primário possa ser reduzida em até R\$ 45,2 bilhões relativos a gastos com investimentos prioritários, notadamente aqueles integrantes do PAC, aí considerados o valor de restos a pagar. Posteriormente, com a edição da Lei nº 12.795, de 02.04.13, art. 1º, esse limite de redução foi elevado para R\$ 65,2 bilhões, para abrigar, inclusive, desonerações tributárias. Porém, o Ministro da Fazenda, citada na entrevista, informou que somente R\$ 45,0 bilhões serão utilizados.

3. MUDANÇAS NOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS – No Relatório de Avaliação do 5º Bimestre o crescimento de 2,5% do **PIB** do Relatório anterior foi mantido; houve uma expectativa decrescente de crescimento real do PIB para 2013, passando de 4,50% na LOA2013 para 3,50% no Relatório do 2º bimestre, 3,00% no Relatório do 3º bimestre e 2,50% nos Relatórios do 4º e 5º bimestres. A expectativa de inflação de 5,70% para **IPCA acumulado** também foi mantida neste Relatório; a evolução do IPCA para o ano saltou de 4,90% na LOA2013 para 5,20% e 5,70% nos 3º e 4º bimestres. O resultado do efeito conjunto, da redução do crescimento real do PIB em 2,0 pontos de porcentagem com o aumento na expectativa da inflação em menor magnitude foi a redução da estimativa do **PIB nominal** de R\$ 5.001,1 bilhões na LOA2013 para R\$ 4.834,40 bilhões na Avaliação do 3º bimestre, R\$ 4.773,1 bilhões no 4º bimestre e R\$ 4.768,2 bilhões neste bimestre (ver Tabela 2, em anexo). A reação do Banco Central contra o recrudescimento da inflação levou o Ministério do Planejamento a aumentar a **Taxa Over Selic média** de 7,28% na LOA2013 para 8,20% nos dois últimos Relatórios. A **Taxa de Câmbio média**, no mesmo padrão de comparação, sobe de R\$ 2,03 para R\$ 2,09, por dólar, no 4º bimestre e para R\$ 2,14 neste Relatório. O **mercado**, segundo o Relatório **FOCUS** de 06.12.2013, espera para 2013 crescimento do PIB de 2,35%; IPCA acumulado de 5,70%; Taxa Selic em fim de período de 10,0% e Taxa de Câmbio em fim de período de R\$ 2,30.

4. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA ABAIXO DA PREVISTA NA LOA2013 - Nesta Avaliação, a expectativa de arrecadação de Receita Primária Bruta para 2013 do Poder Executivo cresceu expressivamente em R\$ 18,0 bilhões com relação à Avaliação anterior, sendo reestimada para

³ Cabe lembrar que, como em exercícios mais recentes, os Grupos Petrobrás e Eletrobrás não estão considerados dentro da meta das empresas estatais e que pode haver compensação entre as metas do Governo Central e das empresas estatais.

⁴ A meta apontada é a descontada de R\$ 45,0 bilhões da permissão de abatimento por despesas do PAC e o percentual de 2,50% do PIB utiliza o PIB da Avaliação do 3º bimestre estimado em R\$ 4.834,4 bilhões. Esse PIB difere do empregado na LDO.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

R\$ 1.207,1 bilhões, ainda inferior em R\$ 46,2 bilhões à estimativa contida na LOA2013 que é de R\$ 1.253,4 bilhões (ver Tabelas I e III, em anexo).

4.1 Como se distribui essa frustração de Receita - No acumulado do ano, com relação à LOA2013, as maiores frustrações de receita continuam concentradas na menor estimativa de arrecadação nas Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, com menos R\$ 40,9 bilhões (Tabela III, em anexo). Mas, nesta Avaliação, com relação à anterior, houve um aumento bruto de R\$ 13,1 bilhões na estimativa dessas receitas, principalmente devido à expectativa de arrecadação de R\$ 16,0 bilhões com o programa de refinanciamento de débitos tributários (REFIS).

4.2 Receitas Administradas pela SRFB - Destacam-se a frustração das receitas do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI (R\$ 16,3 bilhões), do Imposto de Renda – IR (R\$ 14,3 bilhões) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (R\$ 11,2 bilhões)⁵, muito afetados pelo menor crescimento do PIB em relação à previsão contida na LOA2013 e, no caso do primeiro, também pelas concessões de incentivos tributários ao consumo. O Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF fica R\$ 7,0 bilhões abaixo dessa Lei em função da redução de alíquotas para as pessoas físicas e da menor expectativa de crescimento do crédito. A receita conjunta das contribuições da COFINS/PIS apresenta elevação de estimativa com relação à LOA2013 de R\$ 1,0 bilhão em função das vendas de bens e serviços continuarem com crescimento positivo e, em função do aumento da arrecadação de PIS/COFINS sobre importação. O Imposto de Importação (II), devido à elevação de 4,58% do valor em dólar das importações, do aumento de 10,18% na taxa de câmbio média e da elevação de 3,23% da tarifa efetiva média de importação, é o que apresenta acréscimo de estimativa mais expressivo com relação à previsão da LOA2013 com R\$ 3,7 bilhões. Conforme já apontado, nesta Avaliação, com relação à Avaliação precedente e contrariamente ao que vinha ocorrendo, aumenta a estimativa de arrecadação do item Outras Receitas Administradas pela RFB, em função da expectativa de arrecadação de R\$ 16,0 bilhões com o lançamento do programa de refinanciamento de débitos tributários (REFIS). A CIDE, embora não mostrasse previsão positiva na LOA2013, apresentou, nas duas últimas avaliações, estimativa de R\$ 600,0 milhões explicados pelo mecanismo de compensação permitido nos pagamentos de tributos. Cabe assinalar que a Receita Administrada pela RFB cresceu de janeiro a outubro de 2013, 1,36%, em termos reais, em comparação com o mesmo período de 2012. Conforme o gráfico a seguir, a arrecadação vem apresentando lenta recuperação desde março de 2013, mas o seu crescimento real ainda se situa abaixo do crescimento real do PIB, que está previsto em 2,5% no ano. Além disso, o crescimento real ainda está bem abaixo dos 6,59%, de janeiro de 2013.

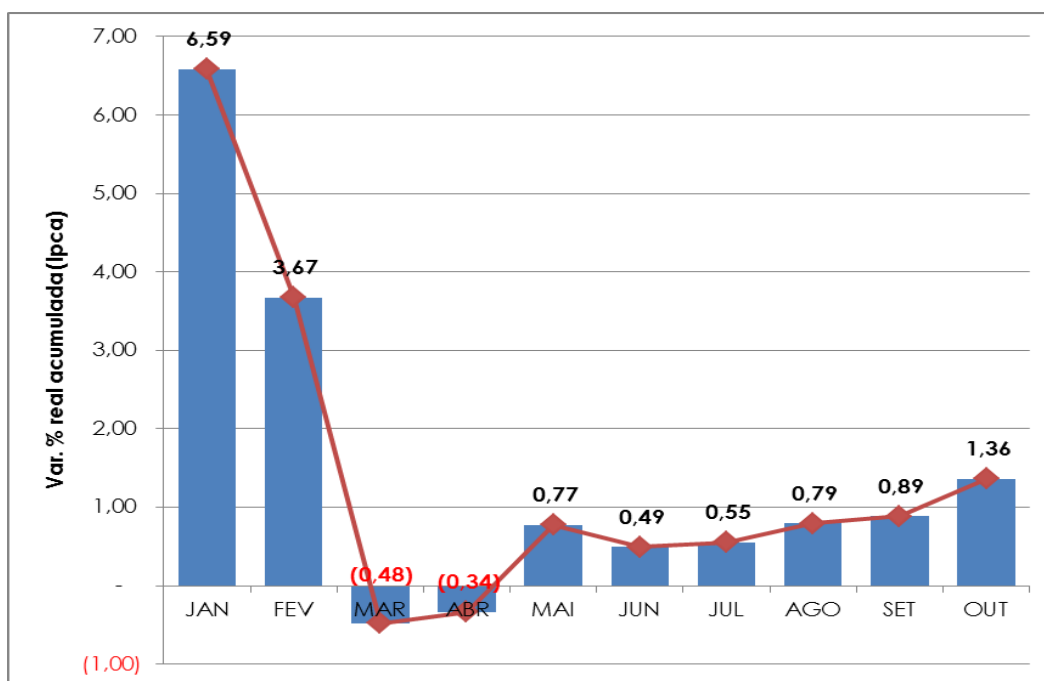
⁵ Na análise janeiro-outubro de 2013, segundo a SRFB, houve redução de 51,0% do pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL relativo a fatos geradores do ano-calendário de 2012. A produção industrial mostrou aumento de apenas 1,12% no comparativo de dez/12-set/13 sobre dez/11-set/12 e a venda de bens e serviços cresceu apenas 3,83% no mesmo período. A massa salarial também no mesmo período aumentou 11,58%. Houve arrecadações extraordinárias de R\$ 4,0 bilhões, sendo R\$ 1,0 bilhão de PIS/COFINS (depósito judicial) e R\$ 3,0 bilhões de IRPJ/CSLL (venda de participação societária). As desonerações tributárias (INSS da folha, IPI de automóveis e linha branca) embora afetem o desempenho gerencial da arrecadação já estavam computadas na previsão de receitas da LOA2013.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

Desempenho da Arrecadação das Receitas Federais – Evolução Janeiro a Outubro – 2013/2012



Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Ministério da Fazenda.

4.3 Receitas Não-Administradas - Destacam-se, com relação à LOA2013, a menor estimativa da receita com Dividendos (menos R\$ 12,6 bilhões) em decorrência da “...revisão do cronograma de pagamentos de dividendos pelas empresas estatais até o fim do exercício” e da estimativa da receita com *Royalties* do petróleo (menos R\$ 9,2 bilhões) em função da queda no preço médio internacional do petróleo e da menor produção física que pesaram mais que a desvalorização cambial do período. Como destaque positivo temos a maior expectativa com a arrecadação da receita com Concessões (mais R\$ 8,2 bilhões) e a Contribuição ao Salário-Educação que aumenta em R\$ 4,0 bilhões com relação à LOA2013 e à Avaliação anterior.

4.4 Receitas do Regime Geral da Previdência Social - RGPS: A Avaliação do 5º Bimestre mostra acréscimo de R\$ 908,1 milhões com relação à Avaliação anterior. Com referência à estimativa contida na LOA2013, devido à reestimativa de desonerações tributárias sobre a folha que reduziram a compensação inicialmente prevista ao FRGPS, mostra queda de R\$ 1,5 bilhão. Comparativamente à arrecadação realizada de 2012 há um aumento de R\$ 38,7 bilhões, devido à política de aumento real do salário mínimo somado ao aumento da massa salarial no período.

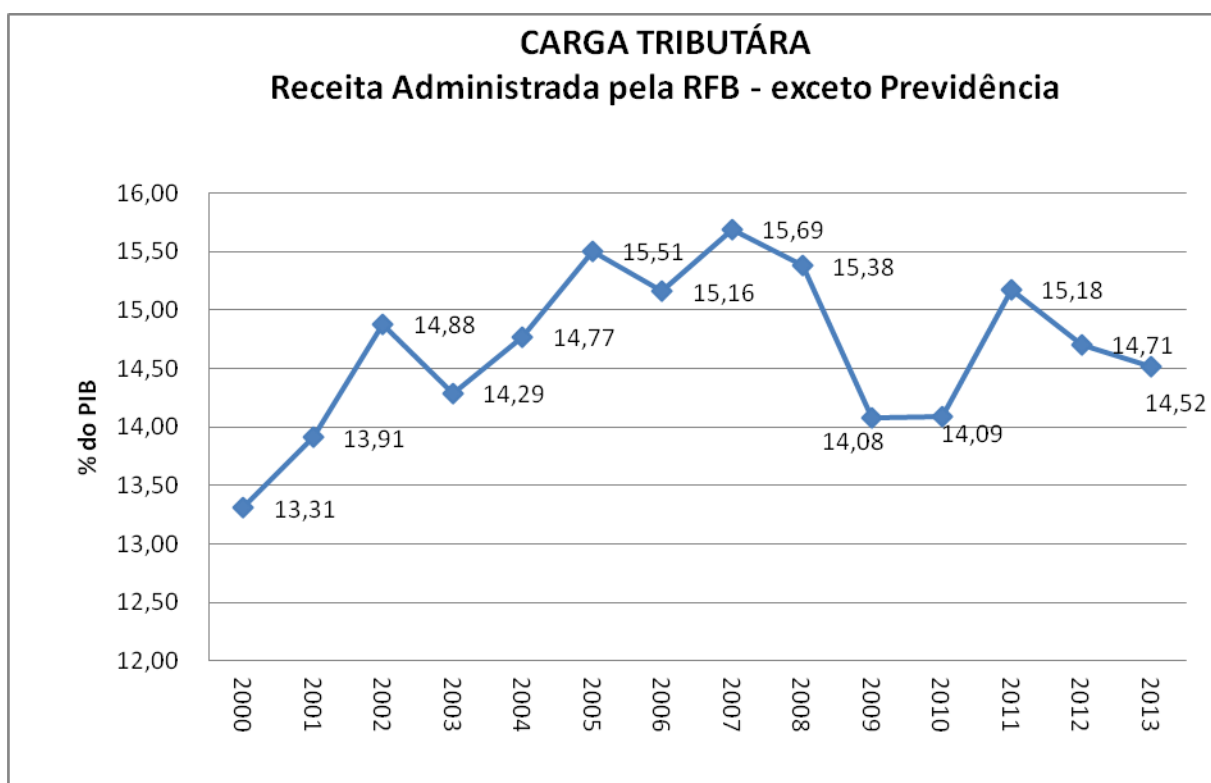
5. CARGA TRIBUTÁRIA – 2012 e 2013 – Conforme visto, embora a Receita Primária Bruta nessa Avaliação ainda mostre queda se comparada com a estimativa da receita contida na LOA2013, em termos de percentagem do PIB (“*carga tributária*”) e comparada com os valores



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

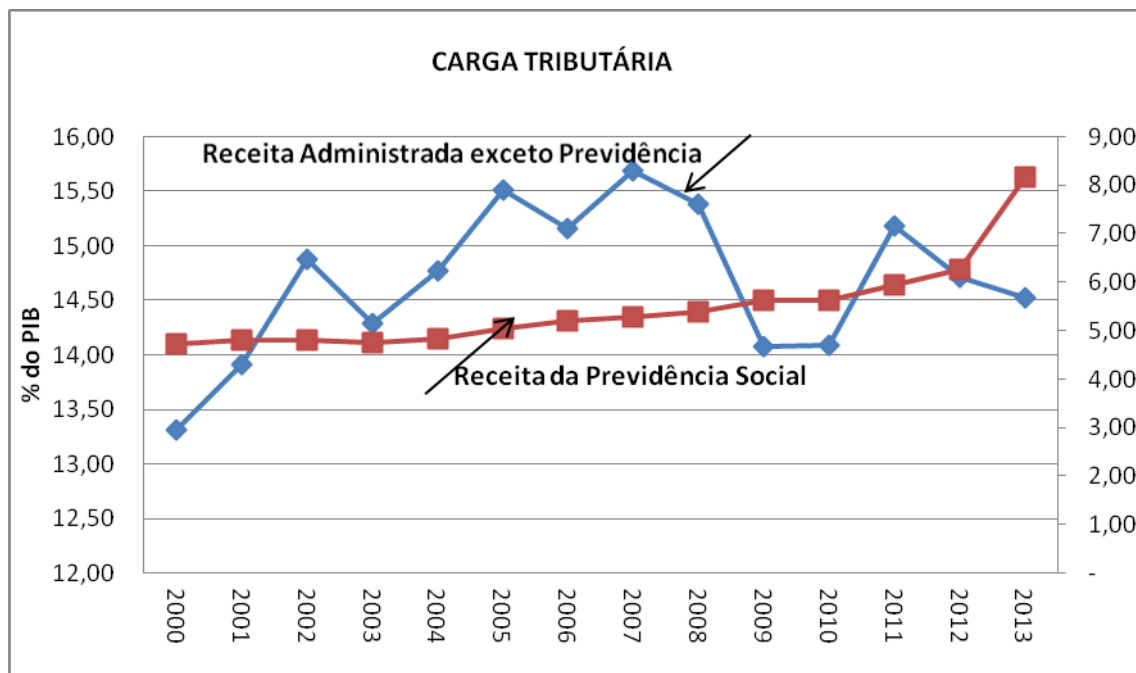
realizados de 2012, a Receita Primária Bruta estimada para 2013 no 5º Bimestre sobe em relação a 2012, de 24,08% do PIB para 25,32% do PIB. Esse aumento é determinado, principalmente, pelo expressivo crescimento real esperado na Arrecadação Líquida do INSS, na Receita com Concessões e na Receita com o Salário-Educação. A carga tributária derivada da Receita Administrada pela SRFB sobe de 14,70% do PIB em 2012 para 14,97% do PIB nesta Avaliação, revertendo a queda observada até a Avaliação do 4º bimestre (ver gráficos, a seguir, e Tabela III).





SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF



6. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS EM QUEDA – A estimativa da **Receita Primária Líquida** ficou em R\$ 1.021,9 bilhões, maior em R\$ 16,3 bilhões nesta Avaliação com relação à anterior, porém ainda abaixo em R\$ 26,6 bilhões com respeito à previsão da LOA2013. Porém, em termos de porcentagem do PIB e comparado com os valores realizados de 2012, aumenta de 20,19% do PIB para 21,43% do PIB nesta Avaliação. As **Transferências para Estados e Municípios**, também em porcentagem do PIB, caem de 3,89% do PIB em 2012 (R\$ 171,1 bilhões) para 3,88% do PIB (R\$ 185,2 bilhões) nesta Avaliação, embora aumente R\$ 1,7 bilhão com referência à Avaliação do 4º bimestre (Tabela III, em anexo).

7. DESPESA PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA REESTIMADA PARA MENOR– Nesta Avaliação, com relação à Avaliação anterior, as Despesas Primárias de execução obrigatória tiveram aumentada a expectativa de desembolsos em 2013 em **R\$ 14,1 bilhões** resultantes do **efeito líquido de acréscimos de projeção de R\$ 14,5 bilhões com as reduções de projeção de 1,7 bilhão**. Os **acréscimos de projeção** decorreram de: a) auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, R\$ 4,4 bilhões; b) abono e seguro-desemprego, R\$ 1,0 bilhão; c) créditos extraordinários, R\$ 1,9 bilhão; d) benefícios previdenciários, R\$ 5,8 bilhões; e) benefícios da LOAS/RMV, R\$ 757,0 milhões; f) Fundos FDA/FDNE/FDCO, R\$ 468,0 milhões; g) pessoal e encargos sociais, R\$ 96,0 milhões; h) créditos adicionais PJ e MPU, R\$ 26,0 milhões. As **reduções de projeções** de desembolsos decorreram de: a) benefícios de legislação especial, R\$ 79,7 milhões; b) sentenças judiciais de despesas de custeio e capital, R\$ 296,3 milhões e c) FCDF - despesas de custeio e capital, R\$ 13,0 milhões e d) anistiados, R\$ 8,0 milhões.

8. CONTINGENCIAMENTO DA LOA2013: Na Avaliação do 5º bimestre, a conclusão do Poder Executivo é que, com relação à Avaliação anterior, a reestimativa das receitas e transferências aumentou as Receitas Primárias Líquidas em R\$ 16,3 bilhões e a revisão das estimativas com despesas obrigatórias gerou uma maior expectativa de desembolso em R\$ 14,1 bilhões. Disso resultou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

estabelecidos na Avaliação anterior em R\$ 2,2 bilhões para atender a desembolsos com despesas discricionárias. (ver Tabela 1, em anexo).

9. RESULTADO PRIMÁRIO EXECUTADO EM 2013: De acordo com o Bacen até outubro de 2013 o resultado primário consolidado do setor público alcançou 1,30% do PIB, inferior ao registrado no mesmo período de 2012 que foi 2,44% do PIB. Nos últimos doze meses, até outubro de 2013 esse resultado foi de apenas 1,44% do PIB contra 2,26% do PIB no mesmo mês do ano anterior, o que sugere a prática de uma política fiscal mais folgada⁶.

10. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP): O objetivo último da obtenção de Resultado Primário e de todo o controle da evolução das contas públicas é avaliar a trajetória do endividamento que indica o grau de solvabilidade do setor público. De acordo com o Bacen, a Dívida Líquida em relação ao PIB, ou **DLSP/PIB**, registrou 35,1% do PIB em outubro de 2013, após marcar 33,8% do PIB em agosto de 2013, volta ao nível de 35,1% do PIB em novembro de 2012, indicando estabilidade. Embora estável, ainda apresenta forte queda em relação a janeiro de 2012 quando registrou 37,1% do PIB. A queda observada em 2012 deveu-se, principalmente, à desvalorização do real frente ao dólar e à queda na taxa básica de juros SELIC. Para 2013, nova rodada de desvalorização do real também contribuiu para a estabilidade da relação nos últimos meses, apesar do registro de menor resultado primário, do baixo crescimento econômico e da retomada de aumento da taxa de juros para conter a inflação.⁷

11. TENDÊNCIAS DA RELAÇÃO DLSP/PIB – Observamos, ainda, uma relativa estabilidade da relação **Dívida Líquida/PIB**, mas há um aumento da **Dívida Bruta do Governo Geral**, em grande parte decorrente dos expressivos repasses de recursos ao BNDES para fomento da produção; em janeiro de 2012 esta Dívida correspondia a 55,0% do PIB e em janeiro de 2013 saltou para 59,0% do PIB e, em outubro do mesmo ano, marcou 59,3% do PIB. O gasto com **Juros Nominais Líquidos** de todo o setor público, devido à política de redução da taxa SELIC, vinha mostrando tendência decrescente: nos últimos doze meses em janeiro de 2012 era de 5,70% do PIB; em janeiro de 2013 caiu para 4,88% do PIB; em junho desse mesmo ano ficou em 4,82% do PIB, mas, em outubro, registrou 4,89% do PIB. Esse gasto parece estar retomando trajetória ascendente, pois, além da maior base de Dívida Bruta, a retomada recente do aumento da taxa de juros SELIC para combater a inflação também deverá contribuir para pressionar os gastos com juros a médio-prazo. Assim, mantido o baixo crescimento econômico e caso não haja nova desvalorização do real frente ao dólar e, ao mesmo tempo, não ocorra recuperação do Resultado Primário, há possibilidade de retomada de aumento até mesmo da relação **DLSP/PIB**⁸.

12. ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA – O contingenciamento efetuado pelo Poder Executivo apoia-se no entendimento de que, caso as receitas previstas não mostrem tendência de serem efetivamente arrecadadas, então a solução seria cortar, ou suspender, parte da programação de despesas, de modo a assegurar o cumprimento da meta de resultado primário implícita na LOA e aprovada pela LDO. Em vista disso, acompanhamento da

⁶ Na realidade, o resultado primário pode ser efetivamente menor se considerarmos os movimentos efetuados por conta da chamada “contabilidade criativa”.

⁷ Na ausência de endividamento adicional e da incorporação de dívidas contingentes, a relação aumenta em função dos gastos com juros (taxa de juros média aplicada sobre a dívida líquida) descontados do valor do resultado primário realizado e diminui com o crescimento real da economia.

⁸ A desvalorização do real em relação ao dólar reduz a DLSP/PIB porque valoriza em termos de real as reservas líquidas detidas pelo Banco Central a qual é dedutível no cálculo da dívida líquida.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

arrecadação realizada elaborado na **CONORF/SF**, envolvendo tributos e receitas que respondem por mais de 85% da Receita Primária Bruta Total da União, constatamos que, comparada com a receita realizada até o mês de outubro de 2012, a receita arrecadada em 2013 para o mesmo período cresce em termos nominais apenas 7,66%⁹. O acompanhamento gerencial da SRFB aponta para a mesma direção e magnitude semelhante: crescimento nominal de 7,99% (e real de 1,61%). E mais: nos primeiros dez meses de 2013 o Poder Executivo aponta que há uma expectativa de frustração de R\$ 46,2 bilhões na Receita Primária Bruta a ser realizada em relação à receita orçamentária prevista para o período, a despeito de receitas atípicas (concessão do campo petrolífero de Libra, tributação de ganhos de capital e REFIS). No nosso acompanhamento, que não contempla as receitas não administradas, até outubro a deficiência de receita arrecadada em relação à LOA2013 é de R\$ 63,5 bilhões, o que reforça a ideia de que o contingenciamento de despesas foi prudente em termos de gerenciamento dos recursos públicos¹⁰.

13. CUMPRIMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO – PERSPECTIVAS - Apesar dos esforços do Poder Executivo na Avaliação do 3º bimestre em aumentar o resultado primário em R\$ 10,0 bilhões, cabe apontar que o alcance da meta somente será possível caso haja um fortalecimento na evolução das receitas primárias, o que não parece provável com respeito às Receitas Administradas pela RFB, que é muito afetada pelo baixo nível de atividade, e com receita com Operações com Ativos, prevista em R\$ 8,0 bilhões, dado o histórico decepcionante deste item de receita. Assim, o cumprimento da meta fica na dependência do suporte de receitas atípicas, como as decorrentes de receitas com Concessões do campo de Libra e de refinanciamento de dívidas tributárias (REFIS).

José Rui Gonçalves Rosa

Consultor de Orçamentos

Maria Liz de Medeiros Roarelli

Consultora de Orçamentos

⁹ Em termos reais, admitindo uma inflação de 6,5% a.a., isso significa um acréscimo pouco acima de 0,5%. A SRFB estima um aumento real de 0,49% na arrecadação do semestre.

¹⁰ Considera apenas as receitas do Imposto de Importação, do IPI, do Imposto de Renda, do IOF, da CSLL, da COFINS, da PIS e da Arrecadação Líquida do INSS e, por isso, mostra queda absoluta maior.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

TABELA I

Resumo da Avaliação da Receita e Despesa do 5º Bim de 2013

Discriminação	<i>R\$ milhões</i>
	Variações em relação à Avaliação do 4º bimestre
1. Receita Primária Total	17.958,6
2. Transf. A Estados e Municípios	-1.658,2
3. Receita Primária Líquida (1-2)	16.300,4
4. Despesas Obrigatórias, incl. créd. adic. P. Judic.	14.075,1
5. Variação (3-4)	2.225,3

Fonte: Relatório de Avaliação do 5º Bimestre de 2013 - SOF/MP



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

TABELA II

Parâmetros empregados na LOA 2013 comparados com os das Avaliações da Receita e Despesa dos 4º e 5º Bimestres de 2013.

Parâmetros	LOA2013 [a]	Aval. 4º bim [c]	Aval. 5º bim [c]	Diferença [d] = [c-a]
PIB real - variação %	4,50	2,50	2,50	0,00
PIB nominal - R\$ bilhões	5.001,10	4.773,10	4.768,20	-4,90
IPCA acumulado - variação %	4,90	5,70	5,70	0,00
IGP-di acumulado - variação %	5,17	4,79	5,79	1,00
Taxa Over Selic - média %	7,28	8,20	8,20	0,00
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	2,03	2,09	2,14	0,05
Massa Sal Nominal - variação %	12,37	11,27	11,43	0,16
Petroleo - média - US\$/barril	112,54	104,50	107,15	2,65
Salário Mínimo - R\$	674,97	678,00	678,00	0,00

Fontes: LOA 2013 e Relat. Aval. Receita/Despesa do 4º e 5º Bimestres de 2013 - SOF/MP



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

TABELA III

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para todo o exercício de 2013 até a Avaliação do 5º Bimestre de 2013

(R\$ milhões)

Discriminação	Realizada 2012 [a]		LOA 2013 [b]		Aval 4º Bim [d]		Aval 5º Bim [d]		Diferença R\$ [e = b - d]
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	1.060.244,7	24,08	1.253.366,0	25,06	1.189.167,1	24,91	1.207.125,4	25,32	46.240,6
I.1 Receita Administrada pela RFB	647.392,7	14,70	754.785,1	15,09	700.816,5	14,68	713.891,5	14,97	40.893,6
I.1.1. Imposto de Importação	31.067,6	0,71	33.719,0	0,67	38.128,1	0,80	37.419,8	0,78	-3.700,8
I.1.2. IPI	44.480,2	1,01	61.858,5	1,24	46.247,3	0,97	45.543,2	0,96	16.315,3
I.1.3. Imposto de Renda (liq. Incent.)	246.511,1	5,60	282.000,1	5,64	268.519,6	5,63	267.749,5	5,62	14.250,6
I.1.4. IOF	31.023,0	0,70	37.075,8	0,74	30.764,6	0,64	30.047,5	0,63	7.028,3
I.1.5. COFINS	175.157,8	3,98	189.201,7	3,78	191.085,7	4,00	190.351,6	3,99	-1.149,9
I.1.6. PIS/PASEP	46.407,4	1,05	50.451,7	1,01	50.447,8	1,06	50.348,9	1,06	102,8
I.1.7. CSLL	56.541,5	1,28	72.920,1	1,46	61.918,1	1,30	61.676,9	1,29	11.243,2
I.1.8. CIDE-combustíveis	2.877,6	0,07	0,0	0,00	500,4	0,01	601,5	0,01	-601,5
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	13.326,5	0,30	27.558,2	0,55	13.204,9	0,28	30.152,6	0,63	-2.594,4
I.2. Arrecadação Líquida do INSS	275.764,7	6,26	315.966,1	6,32	313.566,1	6,57	314.474,2	6,60	1.491,9
I.3. Receitas Não Administradas	134.303,1	3,05	171.480,5	3,43	163.043,6	3,42	167.018,8	3,50	4.461,7
I.3.1. Concessões	2.237,1	0,05	15.679,0	0,31	23.912,1	0,50	23.912,1	0,50	-8.233,1
I.3.2. Dividendos	28.019,0	0,64	34.639,4	0,69	22.020,3	0,46	22.020,3	0,46	12.619,1
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	9.492,6	0,22	11.544,7	0,23	11.544,7	0,24	11.544,7	0,24	0,0
I.3.4. Compens. Financeira - <i>Royalties</i>	34.131,2	0,78	47.205,3	0,94	38.007,0	0,80	38.007,0	0,80	9.198,3
I.3.5. Receita Própria (F 50, 82 e 81)	18.659,5	0,42	12.022,1	0,24	13.733,9	0,29	13.733,9	0,29	-1.711,8
I.3.6. Salário-Educação	14.775,0	0,34	16.324,3	0,33	16.324,3	0,34	20.299,5	0,43	-3.975,2
I.3.7. Demais Receitas	26.988,7	0,61	34.065,7	0,68	37.501,3	0,79	37.501,3	0,79	-3.435,6
I.4 Complemento do FGTS	2.784,2	0,06	3.052,3	0,06	3.658,9	0,08	3.658,9	0,08	-606,6
I.5 Operações com Ativos	0,0	0,00	8.082,0	0,16	8.082,0	0,17	8.082,0	0,17	0,0
II. TRANSF ESTADOS E MUNICÍPIOS	171.128,2	3,89	204.879,2	4,10	183.533,4	3,85	185.191,6	3,88	19.687,6
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	889.116,5	20,19	1.048.486,8	20,97	1.005.633,7	21,07	1.021.933,8	21,43	26.553,0
. Estimativa do PIB nominal	4.403.010,0		5.001.100,0		4.773.100,0		4.768.200,0		

Fontes: SRFB - LOA 2013 e Relatórios de Avaliação do 4º e 5º Bimestres de 2013-SOF/MP.

Nota: Nas Avaliações, item I.1.9, estão incluídas deduções relativas a devolução de valor residual da CPMF.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF

TABELA IV

ACOMPANHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRIMÁRIAS FEDERAIS {*}

(ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS)

PERÍODO: JANEIRO A OUTUBRO de 2013

PRINCIPAIS RECEITAS PRIMÁRIAS	Realizada RFB	LOA	Realizada RFB	Real RFB 2013/2012	Real RFB 2013/LOA2013
	2012 [a]	2013 [b]	2013 [c]	[e=c/a]	[g= c/b]
I - Receita Administrada pela SRF	535.300	630.508	574.695	1,0736	0,9115
Imposto de Importação	25.678	28.331	30.584	1,1911	1,0795
Imposto s/ Produtos Industrializados	36.528	50.689	36.133	0,9892	0,7128
Imposto Sobre a Renda	203.061	233.445	221.155	1,0891	0,9474
Imposto s/ Operações Financeiras	25.815	28.356	24.216	0,9381	0,8540
Contrib. p/ a Seguridade Social - Cofins	143.792	164.924	156.996	1,0918	0,9519
Contrib. p/ o PIS/Pasep	38.233	43.904	41.513	1,0858	0,9455
Contrib. Social s/ Lucro Líquido	49.390	59.363	53.443	1,0821	0,9003
CIDE - Combustíveis	2.875	0	602	0,2094	0,0000
Demais Receitas	9.928	21.496	10.053	1,0126	0,4677
II - Contrib. Soc. dos Trabalhadores ao INSS	214.650	240.487	232.679	1,0840	0,9675
III - Total (I + II)	749.950	870.995	807.374	1,0766	0,9270

Fontes: LOA2013; Inf. Compl. PLOA2013; Relatório de Aval Rec e Desp 5º Bimestre de 2013 .

{*} mais de 85% da receita Primária Bruta Total.